



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
I TURMA DE JORNALISMO DA TERRA LUÍS GAMA

ROZANA MARIA DA CONCEIÇÃO

Comunicação como Estratégia de Luta: uma análise das estratégias de Comunicação do MST de Pernambuco durante a Marcha em Defesa da Reforma Agrária e Contra a Crise no ano de 2009

FORTALEZA-CE
DEZEMBRO - 2013

ROZANA MARIA DA CONCEIÇÃO

Comunicação como Estratégia de Luta: uma análise das estratégias de Comunicação do MST de Pernambuco durante a Marcha em Defesa da Reforma Agrária e Contra a Crise no ano de 2009

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Jornalismo/ Publicidade e Propaganda, sob a orientação da Professora Zoraia Nunes Dutra Ferreira.

FORTALEZA - CE
DEZEMBRO DE 2013

Esta monografia foi submetida ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Monografia apresentada à Banca Examinadora:

Prof. Zoraia Nunes Dutra Ferreira (UFC-Orientadora)

Prof. Marcelo Inácio de Sousa (UFC)

Prof. Thalles Gomes (MST)

Profa. Janaina Holanda (UFC)

Dedicatória

A minha mãe e minha filha.

Agradecimentos

A minha família, pelo incentivo de não me deixar desistir.

A minha filha Vitória Regina por suportar todos os momentos de ausência.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois, sem ele não teria chegado até aqui.

Aos companheiros e companheiras que contribuíram nesse processo de formação.

Aos amigos e amigas que me apoiaram e sempre acreditaram em mim.

Em especial as Tudinhas Ana Iris e Viviane, que sempre foram amigas e companheiras e me deram força em todos os momentos bons e ruins.

A Senzala e as Morenas do Sul.

A companheira Garnier que sempre esteve ao meu lado, acreditando e torcendo por mim.

À professora Zoraia Nunes pela orientação, colaboração e muita paciência nesse processo de formação.

Epígrafe

“Marchar novamente é preciso,
Para manter a esperança,
De um povo sofrido e cansado,
Mas, pra lutar não se cansa...”

(Música: oficina de música do coletivo de cultura do MST)

Resumo

Esta pesquisa tem o intuito de mapear e discutir as ações de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de Pernambuco (MST) durante a Marcha em defesa da Reforma Agrária e contra a crise que ocorreu no período de 09 a 14 de agosto de 2009. O estudo analisará a comunicação no MST durante a Marcha e a utilização da Agitação e Propaganda e as rádios, durante as propostas e encaminhamentos feitos pelo setor de Comunicação. Para situar o objeto, recorreremos a uma abordagem sobre os movimentos sociais no Brasil e a luta pela terra, incluindo nesse bojo a história do MST, de forma que realizamos uma breve contextualização da luta pela terra no Brasil e os desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais no século XX. Utilizando como referência os objetivos norteadores do MST, as linhas políticas, tendo como referência o setor de comunicação e desafios relacionados com sua luta política em geral. No que se refere à comunicação em geral, trazemos uma abordagem sobre a comunicação popular e alternativa, citando experiências como o jornal Brasil de Fato e a Página do MST. Bem como, a comunicação que o MST vem buscando construir dentro desse processo, citando a Agitprop e as experiências de rádio durante a Marcha em Pernambuco. Recorreremos a pesquisa bibliográfica para uma análise da comunicação, além de utilizar da observação participante da Marcha.

Palavras – chave: A luta pela terra, Comunicação popular e alternativa, Marcha.

Sumário

Introdução	9
I CAPÍTULO	
Os Movimentos Sociais no Brasil e a Luta pela Terra	10
1.1 A Formação do MST e a História da Luta pela Terra	12
1.2 MST e a Comunicação	166
1.3 A Comunicação do MST no Estado de Pernambuco	18
II CAPÍTULO	
A Comunicação como Direito Humano	20
2.1 A comunicação popular: expressão das lutas populares	22
2.2 A comunicação alternativa: uma contra proposição da expressão	24
III CAPÍTULO	
Agitprop no processo de transformação social	30
3.1 A comunicação que estamos construindo	35
3.2 Marcha em Defesa da Reforma Agrária e Contra a Crise	36
3.3 As ações do Setor de Comunicação na Marcha em Defesa da Reforma Agrária e Contra a Crise	39
3.4 A importância das rádios e Rádio Poste na Marcha por Reforma Agrária e Contra Crise em 2009	41
Considerações Finais	46
Bibliografia	48
Anexos:	Error! Bookmark not defined.

Introdução

Esta pesquisa tem o intuito de mapear e discutir as ações de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de Pernambuco (MST) durante a Marcha em defesa da Reforma Agrária e contra a crise que ocorreu no período de 10 a 21 de agosto de 2009.

Temos como referência os objetivos norteadores do MST, as linhas políticas e desafios relacionados com sua luta política em geral, identificados e assumidos no seu 5º Congresso Nacional, realizado em Brasília no mês de junho de 2007, utilizando a Marcha de 2009 no estado de Pernambuco como elemento fundante de consolidação dessas linhas.

O Congresso Nacional do MST é a instância máxima, onde são discutidas as diretrizes gerais para a luta – ações táticas e estratégicas para sua base social. Após essas discussões as instâncias estaduais retornam aos seus Estados com o comprometimento de dar continuidade à luta, incorporando as novas diretrizes do movimento que se refletem na forma de organicidade do setor, fruto de análises conjunturais e estruturais do país e de seus governos.

O estudo analisará a comunicação no MST de Pernambuco durante a Marcha em defesa da Reforma Agrária e contra a crise de 2009, a utilização da Agitação e Propaganda durante as propostas e encaminhamentos feitos pelo setor de Comunicação e da ferramenta do rádio durante os dias da marcha e o desenvolvimento da luta na realidade do Estado de Pernambuco, assim como as possíveis contradições, e as possíveis lacunas ou temáticas ainda não identificadas ou suficientemente exploradas por suas instâncias.

Recorremos a uma abordagem sobre os movimentos sociais no Brasil e a luta pela terra, a história do MST, contextualizando a luta pela terra e desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais no século XX. Além disso, trabalharemos o entendimento do que seja comunicação, e neste sentido, a compreensão do que seria a comunicação popular e alternativa e a comunicação no MST, e principalmente o uso das rádios durante a Marcha em defesa da Reforma Agrária e contra a crise de 2009, com destaque para agitação e propaganda no qual destacamos a rádio poste além da compreensão política do Movimento Sem Terra sobre a importância da comunicação e das rádios para seus integrantes.

CAPÍTULO I

Os Movimentos Sociais no Brasil e a Luta pela Terra

A questão agrária está presente no Brasil, desde sua gênese. Na organização do “Novo Mundo”, os portugueses colonizaram nosso espaço, cuja população era originalmente indígena, com uso da mão de obra escravizada tanto indígena, quanto africana. Mas, foi o braço negro africano que sustentou por três séculos o sistema de agroexportação do período colonial brasileiro.

A sociedade colonial era baseada na grande propriedade monocultora e exportadora. Esta se sustentava a partir de uma moderna estrutura e organização da produção, conhecida como sistema de plantation, utilizada à época, não só no Brasil, mas em todo o continente americano. Segundo Stédile até o final do século XIX, cerca de 90% da produção da agricultura brasileira era exportada e que essa forma estrutural de organização foi denominada plantation:

O sistema de plantation se caracteriza pelas grandes extensões de área cultivada, em monocultivo – ou seja, de forma especializada em um só produto (cana, algodão, cacau, café, pecuária etc.), com a utilização de modernas técnicas de produção (para a época), pela prioridade venda para o mercado externo europeu e pela mão de obra escrava. (STÉDILE, 2005, p. 21).

No Brasil este sistema tinha suas especificidades. A grande propriedade não era propriedade exclusiva e privada. Toda terra nesse período pertencia à coroa Portuguesa, sendo concedido o direito de posse hereditária da mesma a quem estivesse à mercê do Rei. A empresa, desses favorecidos do Rei, requeria altos investimentos, sendo poucas as capitanias que obtiveram sucesso econômico. A imensidão de terras pouco era utilizada pela falta de recursos dos seus proprietários, sendo comum a cessão de sesmarias a outros homens livres para que ali produzissem, pagando foro aos proprietários.

O processo de ocupação do território foi marcado por confrontos entre os diferentes povos indígenas, sendo a resistência uma constante. Esta era caracterizada principalmente pela formação de quilombos organizados, principalmente, por negros. Os quilombos tinham

uma estrutura de comunidade baseada na experiência da África e, portanto, diferenciada da ocupação portuguesa.

Apesar de o sistema Português ser baseado na grande propriedade produtora e exportadora de açúcar, aqui também se estabeleceu outras formas de exploração da terra pelos colonizadores, como a ocupação dos sertões pelo gado e as pequenas propriedades produtoras de alimentos, para abastecer as povoações e as fazendas. É fato que essas formas de exploração da terra existiam em menor quantidade e importância sendo comuns, crises de abastecimento no período.

No século XIX, no Brasil Imperial, dada à necessidade de se organizar o Estado Brasileiro com constituição e leis sólidas, surge a discussão a respeito do que veio a ser a primeira Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601, de 18/09 de 1859), promulgada em 18 de Setembro de 1850. Diversos fatores tencionavam a questão agrária no período: a fuga de cativos e constituição dos quilombos, a crise do sistema agroexportador tensionada pela pressão interna e externa pelo fim da escravidão, e a asseguuração do domínio da terra pelos que já a possuíam.

A Lei de Terras garantiu legalmente a permanência e seguridade da propriedade privada. Os Senhores mantiveram suas grandes propriedades, e os negros, os índios e a população livre que poderia ser à base do Campesinato no Brasil, se viram incapacitados de terem acesso a terra, visto que para isso precisariam pagar por ela. Para Stédile (2005) “a lei é claríssima. As terras públicas poderiam ser privatizadas desde que o comprador tivesse dinheiro, que pagasse à coroa” (p. 284).

A estrutura econômica do Brasil muda drasticamente com o fim da escravidão. Os escravizados, que até então eram mercadoria, se transformam em homens livres para venderem sua força de trabalho. A imigração européia preencheu, em parte, esse vazio na produção cafeeira ou foi colonizar os interiores, principalmente, da região sul do país, entrando em confronto com os povos indígenas que lá viviam. Os grandes proprietários, por vezes, usavam de seu poder extra econômico, a saber, político e coercitivo, para aumentar seu território, expropriando as terras e o trabalho dos posseiros que nelas viviam.

Na República Velha, onde o poder das oligarquias rurais predominava os excluídos da posse da terra se levantaram contra a dominação dos coronéis, o que se chamou de movimentos messiânicos, como foi o caso de Canudos na Bahia e Contestado no Paraná e Santa Catarina. Estes movimentos reuniam os sem-terra que fugiam da miséria e exploração.

A organização social se baseava no trabalho cooperado, havendo distribuição de terras. Eram organizações que contestavam e se contrapunham ao modelo de sociedade vigente. Por

isso derrotar essas experiências era questão política e de classe, o que explica a feroz investida da classe dominante contra Canudos e o Contestado. Tendo estas grandes experiências sido dizimadas, persistiu por todo o Brasil a resistência de posseiros e sem-terra de forma localizada.

A conformação do campesinato está diretamente ligada ao enfrentamento dos pequenos proprietários, posseiros e sem-terra com os latifundiários, donos do poder político, econômico e coercitivo no campo brasileiro. Durante a primeira metade do século XX, apesar das conquistas da classe trabalhadora nos centros urbanos, a falta de legislação que garantisse direitos e defendesse os trabalhadores rurais agravava a situação de precarização da vida desse segmento social.

Nesse contexto, surgem os primeiros sindicatos rurais – na ilegalidade –, assim como as Ligas Camponesas e as pastorais rurais. As Ligas tinham assim como os sindicatos, forte dependência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), apesar de sua pauta de reforma agrária ser radical, segundo Bernardo Mançano Fernandes (2000), diferente do que defendiam o PCB e a Igreja Católica, que a reforma agrária deveria se realizar por etapas.

Nas décadas de 50 e 60 houve uma forte ebulição social que teve como desfecho o golpe civil-militar de 1964, seguido de uma forte repressão aos movimentos sociais. As Ligas Camponesas foram extintas e os sindicatos transformados em pelegos¹. No entanto os anos de forte repressão e “milagre econômico”, e a conjuntura da questão agrária com início de implementação da revolução verde não acabaram com os problemas dos camponeses e sem-terra, que continuaram fazendo enfrentamento político e mobilizações, ainda que localizadas, e duramente reprimidas. Contudo, todo o esforço dos movimentos sociais do campo não foi em vão. É nessa época que se consegue, segundo Porto-Gonçalves (2003), pela primeira vez, alçar a Questão Agrária em nível de questão nacional, graças, sobretudo, ao protagonismo desses sujeitos do campo.

1.1 A Formação do MST e a História da Luta pela Terra No Brasil

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assim como outros

¹ Há tradição de chamar de *pelego* a pessoa ou entidade que amacia os atritos entre patrão e empregado. Função que o pelego cumpre entre o lombo do animal e a pessoa que o monta. (Porto-Gonçalves, 2003)

movimentos sociais do campo brasileiro, é continuador dos movimentos, sindicatos e comunidades que o precederam na luta pela conquista da terra e pela Reforma Agrária. E é também, até em certa medida, uma síntese dos mesmos. O MST procura se relacionar com os mais diversos setores da sociedade. É um diálogo pautado tanto para construção de debates e inserção na questão agrária, quanto para dialogar a respeito das diversas questões que os afligem diretamente. É daí que nasce o MST, dos ex-pequenos proprietários, dos arrendatários, além dos posseiros, meeiros e de todos os que trabalham na terra. Estes que segundo Stédile, do ponto de vista socioeconômico foram:

Os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa base social que gerou o MST. (STÉDILE, 2005, p. 17).

O Movimento teve em sua gênese forte influência tanto da Igreja Católica através das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como do Partido Comunista do Brasil (PCB), o que gerou essa organização ímpar. Para Porto-Gonçalves (2003), o MST é uma síntese original (“criativa”) dos elementos místicos religiosos e dos socialistas, trazidos pela influência da presença histórica de militantes de partidos como o PCB, por exemplo, “[...] essa aproximação de vertentes tão distantes, como os comunistas e os católicos, tem as marcas de um dramático processo de repressão com o golpe de estado de 1964, quando se internalizam no Brasil novas contradições geopolíticas globais” (PORTO GONÇALVES, 2003, p. 02).

Contudo, mesmo com a “bagagem” histórica das experiências passadas, o MST nasce autônomo com base nos “sem-terra” – os despossuídos da terra - todos os que trabalham na terra e dela tiram seu sustento, sendo os “produtores diretos” como bem definiu Marx. Esses trabalhadores, ao mesmo passo em que se organizam e formam o Movimento, se constituem enquanto uma identidade, segundo Alvarez (2010):

Seu nascimento não foi algo espontâneo, pelo contrário, foi, antes, uma decisão tomada pelos próprios sem-terra – camponeses desprovidos de terra – movidos pela necessidade. A condição de não ter a terra era o motivo que os unificava na luta. O Sem Terra tem a consciência de sua condição de não sujeito – ser “SEM” - ou seja, a consciência da existência de um projeto hegemônico dominante (política fundiária que permite ao latifundiário a concentração da terra e de poder), contraditoriamente, esse projeto que o excluía, que lhe tirava a condição de sujeito, ao mesmo tempo é a condição para ele se tornar sujeito, ou seja, o sem-terra negar o latifúndio como modelo de produção é, ao mesmo tempo, se afirmar enquanto sujeito coletivo, dono

do seu próprio destino e, portanto, sujeito autor de outro projeto, de outro modo de reproduzir a vida (ALVAREZ, 2010, p. 4).

O MST teve seu início na Região Centro-Sul do país e tem como marco histórico a ocupação da fazenda Macali, em 1979 no Rio Grande do Sul. Convencionou-se contar a história do MST tendo como base os Congressos Nacionais, a não ser quando nos remetemos ao período que vai de 1979-84. Nesse momento específico, o movimento estava realizando suas primeiras ocupações e planejando seu primeiro encontro Nacional que ocorreria entre 21 e 24 de Janeiro de 1984.

É necessário ressaltar que a construção de um movimento social camponês nesse período de intensas repressões não deixa de se configurar em um trabalho árduo e desafiador para sua base. O MST surge com o objetivo de organizar os trabalhadores rurais contra o avanço do capital no campo. Para isso entende pelo viés político que a construção de uma sociedade justa só é possível, sem explorador e explorado, o que só é possível pela aspiração do movimento junto a outros movimentos pelo mundo de construir o socialismo. E para isso, tem estabelecido princípios organizativos em que cultivar valores como o trabalho, o estudo, o espírito de sacrifício, a humildade, a rebeldia é fundamental para manter a disposição em seguir lutando e que existem com a pretensão de garantir que o MST não se desvie de seus objetivos centrais.

A estrutura organizacional do Movimento sofreu alterações desde sua formação até seu primeiro Encontro Nacional em 1984. Nos últimos anos o MST cresceu e seus espaços e ações se complexificaram para tentar dar conta das novas necessidades que têm surgido como resultado tanto da ação interna quanto externa. Por exemplo, garantir escola para todos, organização da produção, garantir a igual participação das mulheres, enfim, novas instâncias foram criadas em seus 29 anos.

Desde 2000, ocasião da última atualização do organograma do MST, que a estrutura organizacional deste se configura em: Instâncias a) Núcleos de Base; b) Setores; c) Coordenação de Brigada; d) Coordenação Estadual; e) Direção Estadual f) Coordenação Nacional; g) Direção Nacional. E, espaços Fórum de deliberações: a) Reunião da Coordenação Estadual; b) Encontro Estadual; c) Encontro da Coordenação Nacional; d) Congresso Nacional do MST, este último, acontece aproximadamente a cada cinco anos.

A estruturação desta organicidade nos Estados da Federação depende muito das particularidades de cada um, portanto, é válido salientar que dada essa questão, ocorrem pequenas variações em sua estrutura orgânica. Não obstante, a diversidade cultural do país

que permite tais singularidades, observamos que os militantes e dirigentes têm procurado garantir a unidade deste movimento de massa de nível nacional através de seus princípios organizativos e valores éticos que dão legitimidade ao MST para si mesmo e para a sociedade.

No Estado de Pernambuco, o MST fez sua primeira ocupação de latifúndio no ano de 1989, nas terras do Complexo de SUAPE2 no município de Cabo de Santo Agostinho (cidade metropolitana), a trinta quilômetros do Recife. A área de 13.500 hectares foi ocupada em 25 de outubro, com aproximadamente 400 famílias Sem Terra. Três dias depois as famílias foram violentamente despejadas pelo batalhão de choque da polícia estadual, e em protesto ocuparam o Palácio do Campo das Princesas (Palácio do Governo), de onde foram despejados na mesma noite.

Ainda em 1989 vem à tona a questão principal do MST: trabalhar a reforma agrária ocupando todos os espaços que conviessem para esses fins. Foram definidas, então, cinco etapas para a consolidação da luta do MST no Estado: a primeira etapa (89-91) era a de implantação; a segunda (92) organização; a terceira (93-94) consolidação; a quarta (95-96) expansão e a quinta e última etapa (97) a organicidade. O MST em Pernambuco hoje, 2013, está organizado da seguinte forma: 205 assentamentos com 14.000 mil famílias assentadas, 163 acampamentos com 16 mil famílias acampadas. São 15 regionais, 47 brigadas, e 34 militantes na direção estadual. Hoje também existem 09 setores organizados, que são eles: educação, saúde, formação, produção e meio ambiente, comunicação e cultura, gênero, direitos humanos e secretaria estadual e escritório de articulação política.

Analisar o desenvolvimento de um movimento social como o MST é também analisar o Brasil, pois é um Movimento que está presente em 23 Estados da Federação e no Distrito Federal. Sua presença representa a luta de trabalhadores rurais por uma mudança estrutural e por vezes, radical, qual seja, a descentralização da terra – acabar com o latifúndio – realização da reforma agrária, o que conseqüentemente altera a situação social, econômica e política do país.

Portanto, tratar do desenvolvimento deste também no âmbito da comunicação é pautar sua compreensão em torno do papel articulador dos meios de comunicação no contexto social e político brasileiro. É debater a necessidade de construir e fortalecer os meios de comunicação popular que possam garantir a disputa da hegemonia campo da comunicação.

² Uma área de terras mantida sobre o domínio do governo do estado para ampliar os portos de atracação de navios e exploração de petróleo, como também áreas de reservas para possíveis implantações de infraestrutura.

1.2 MST e a Comunicação

A compreensão política do Movimento Sem Terra sobre a importância da comunicação é anterior à própria fundação do Movimento como organização nacional. Em 1981, o acampamento da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul – uma das ações embrionárias que resultaram na fundação do MST – foi tornado área de segurança nacional pelo regime militar, cercado pelo Exército e isolado da população. Naquele episódio, as famílias acampadas procuraram uma forma para romper o cerco, físico e político, imposto pela ditadura militar e criaram o Boletim Sem Terra, mimeografado, essa mídia era produzida e tinha como objetivo informar a sociedade local sobre a luta dos trabalhadores rurais.

Com a conquista da terra pelas famílias acampadas, a suspensão do cerco militar e o assentamento das famílias, o Boletim permaneceu com a tarefa de aglutinar as outras mobilizações de agricultores no sul do país que ocorriam simultaneamente. No I Encontro Nacional do MST, em 1984, em Cascavel, o Boletim que já possuía o formato e nome de Jornal, foi declarado órgão oficial da nova organização.

Naquele momento, segundo o Manual de redação para veículos do MST (documento interno, 2010) Vladimir Araújo, primeiro editor do Jornal Sem Terra, dizia que o veículo tinha a função de “dar identidade e unidade ao Movimento”. A partir daí, começou-se a pensar um movimento nacional, com preocupação orgânica, objetivos e linha política definidos. É a partir daí, também, que o MST começa a se organizar em Setores e Coletivos, responsáveis por coordenar e implementar as atividades do Movimento nas diversas áreas.

Com a criação da Secretaria Nacional do MST no mesmo ano, a redação do jornal foi transferida de Porto Alegre para São Paulo, alcançando abrangência nacional. Hoje o Jornal Sem Terra é provavelmente o mais antigo veículo de comunicação popular existente no Brasil e publicado de forma ininterrupta, o que demonstra a importância política dada à comunicação pelo Movimento, visto que os limites financeiros, a repressão política e outras debilidades do movimento social jamais interromperam sua publicação.

Os meios de comunicação no Brasil são um instrumento de poder a serviço das elites e do sistema capitalista e a burguesia se utiliza diariamente deste instrumento para impor seu projeto político e desqualificar todos aqueles que buscam se rebelar contra seu sistema.

Na luta pela reforma agrária a grande imprensa brasileira tem se prestado a serviço permanente do latifúndio, por meio da propaganda de falsas informações que visam promover o modelo agroexportador de commodities do agronegócio, ao mesmo tempo em que

desqualificam os pequenos agricultores que produzem alimento para o povo brasileiro. Nesse contexto criminalizam a luta pela reforma agrária exibindo imagens e notícias que tentam desmoralizar os dirigentes e as bandeiras de luta do movimento de forma que, se isole a luta pela reforma agrária da sociedade e de nossos principais e potenciais aliados.

As informações que ora compõem essa parte específica desse trabalho acadêmico foram construídas a partir da vivência da pesquisadora no movimento e de conversas com militantes da direção estadual que também são parte do movimento.

A mídia tem hoje inquestionável força na sociedade. É parte do poder e faz o jogo manipulador das elites e do grande capital. Ela manipula mentes, uniformiza pensamentos e condiciona comportamentos. Isto é feito de forma sutil, requintada através de meias verdades, notícias fora do contexto, fatos sem vínculo com o passado, aparência encobrindo a essência. Sua capacidade de distorcer se manifesta até nas palavras. O próprio termo globalização, vendido como sinônimo de um mundo sem fronteiras e de plena harmonia, visa ofuscar a crescente barbárie capitalista. Este alto poder de manipulação inclusive ajuda a entender o êxito ideológico do neoliberalismo. Apesar do fragoroso fiasco no terreno econômico, o projeto neoliberal conseguiu envolver importantes setores da sociedade, inclusive parcelas dos trabalhadores. Segundo Atílio Borón (2010), “a criação do senso comum penetrou nas crenças populares, com a mídia produzindo uma lavagem cerebral que gerou conformismo diante dos ataques”.

Ao longo da história do Brasil, o Estado e o sistema privado de comunicação atuam de forma unificada na defesa dos interesses das classes dominantes, prioritariamente para a preservação dos privilégios de suas elites. A grande mídia, formada pelos principais jornais, revistas e emissoras de rádio e TV nasceu sob as bandeiras políticas das elites e sempre foi sustentada pelos setores dominantes na sociedade, especialmente das classes que controlam a economia, a propriedade privada e a riqueza pelo Estado, também representante dos mesmos interesses.

Não é surpresa, então, a intolerância mostrada por esses setores com as manifestações e as lutas populares, e particularmente com os movimentos sociais organizados, considerados "perigosos" aos seus interesses. As principais manifestações populares e os principais movimentos sociais sempre ficaram de fora ou foram maltratados pela "grande imprensa". Da mesma forma que a história oficial procurou esconder e distorcer o movimento de Canudos e tantos outros, a imprensa tem escondido e distorcido as ações de movimentos e organizações sociais que contestem os poderes das forças dominantes.

1.3 A Comunicação do MST no Estado de Pernambuco

Os movimentos sociais representaram uma ameaça concreta aos privilégios das elites brasileiras, ao seu modo de vida (exploração do trabalho, acumulação da riqueza e submissão aos países centrais) e principalmente ao seu controle do poder político, concentrado, baseado nos esquemas oligárquicos locais e regionais. Lutar contra o monopólio das comunicações e pela democratização dos meios de comunicação é questão central para a disputa de ideias na sociedade. Democratizar a comunicação – tanto no que se refere ao acesso como aos meios de produção – é pressuposto fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

O que convém à comunicação dominante é que os setores populares sejam objetos da comunicação, não sujeitos. Opor-se a essa lógica é fazer uma comunicação que conscientize, eduque, estimule e fomente a riqueza de significações. Nesse sentido, os setores populares devem desenvolver meios de comunicação que defendam os interesses populares para mudar o enfoque tradicional e alienante imposto verticalmente.

Em vinte e quatro anos de história do MST em Pernambuco, a estrutura agrária no estado permanece praticamente a mesma do tempo colonial, concentrada nas mãos de uma pequena oligarquia, que só se diferencia da antiga pela associação com o agronegócio e com o capital internacional. Além disso, o Estado, em suas três esferas do poder executivo, legislativo e judiciário, tem utilizado seus aparatos para reprimir qualquer ação legítima dos movimentos sociais em suas lutas por garantia de direitos. E a mídia – definida por muitos como quarto poder – por seu lado, faz o papel hora ideológico, hora alienatório da sociedade, com objetivo maior de criminalizar os movimentos sociais e deslegitimar as lutas populares contra as desigualdades sociais.

O Setor de Comunicação do MST trabalha nesse sentido. Ele tem como tarefas principais: elaborar e potencializar os meios de comunicação interna e externa do MST, tanto em nível nacional como local; criar e organizar novos meios de comunicação populares que reforcem o pensamento crítico e que estimulem o surgimento de novas construções subjetivas de sentido, contribuindo para erodir a hegemonia; organizar um sistema de distribuição dos seus materiais de comunicação e circulação de informação que chegue até toda a sua base; avançar no debate e na relação com a sociedade; criar meios e formar militantes, para se relacionar com a imprensa comercial e monitorar os meios de comunicação; formar militantes

comunicadores que efetivem a comunicação popular enquanto instrumento de luta por direitos.

A capacidade que temos de nos comunicar é o que garante que sejamos um movimento em nível nacional, que cheguemos ao povo pobre e organizemos as ocupações, que nossas mobilizações nacionais sejam grandes, que tenhamos unidade em torno da estratégia política e firmeza ideológica, que trabalhemos coletivamente, que divulguemos nossas lutas e conquistas e fazer com que tenhamos o apoio da sociedade. (Construindo o caminho, 2001, p. 134).

Em Pernambuco o Setor de Comunicação do MST foi criado em 1994, e seguindo as orientações nacionais foi subdividido entre Setor de Comunicação e setor de Cultura, mas, recentemente em função das questões financeiras estão trabalhando conjuntamente. A estruturação do setor no estado está dividida por frentes: - Imprensa, Cultura, Editora Expressão Popular e o Curso Vozes da Terra.

Lutar contra o monopólio das comunicações e pela democratização dos meios de comunicação é questão central para a disputa de ideias na sociedade. Democratizar a comunicação tanto no que se refere ao acesso como aos meios de produção é pressuposto fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

CAPÍTULO II

A Comunicação como Direito Humano

A comunicação é um importante instrumento de formação e organização da sociedade em geral. Além de tudo é um direito humano que tem sido negado a grande maioria da população em detrimento dos interesses hegemônicos da mídia privada.

Brittos & Collar (2006), afirmam que a noção de direito à comunicação ainda é muito pouco explorada no Brasil e que são raros artigos da Constituição brasileira que tratam do tema, carecem de regulamentação, o que dificulta seu reconhecimento. Além disso, afirmam os pesquisadores, a diferença crucial entre os conceitos de direito à comunicação e de direito à informação está no fato de não haver no primeiro apenas a prerrogativa de ser informado, havendo também a de informar, introduzindo uma característica de mão-dupla no processo.

Outro elemento que podemos destacar que afirmam os pesquisadores Brittos & Collar (2006), é que o direito à comunicação difere também do conceito de liberdade de expressão, pois presume o acesso do titular aos meios de comunicação. Existe, neste sentido, no ordenamento jurídico nacional, o chamado direito de antena, que prevê o acesso de organizações civis à mídia. No entanto, este direito é atualmente reservado apenas a partidos políticos.

Podemos ressaltar que o entendimento de comunicação popular e alternativa passa pelo entendimento do que seja o direito à comunicação, já que estes fatores implicam na sociedade em que vivemos e a partir disto e também dos instrumentos utilizados pela maioria dos brasileiros como jornais, revistas, rádio, internet e televisão é que poderemos compreender a comunicação no Brasil hoje.

Segundo o Coletivo Intervezes (2009), um dos princípios da comunicação se encontra nos direitos de cada cidadão e cidadã de ter respeitada a liberdade de manifestação do pensamento previstos na Constituição Brasileira, além do dever do Estado de garantir a liberdade de forma ampla, sem estar limitada aos que detêm poder político ou econômico e para que não viole os direitos humanos. Desta forma:

O direito humano à comunicação deve ser tomado como um dos pilares centrais de uma sociedade democrática e como conceito orientador da organização de um modelo institucional para a área das comunicações. Tal concepção abarca a liberdade de expressão e o direito à informação, mas vai além ao afirmar o direito de todas as pessoas de ter acesso aos meios de produção e veiculação de informação e cultura,

de possuir condições técnicas e materiais para ouvirem e serem ouvidas e de ter o conhecimento necessário para estabelecer uma relação autônoma e independente frente aos meios de comunicação (INTERVOZES, 2009, p.02).

Assim, tal como a luta pela comunicação como direito já ocorre concretamente na prática, esta adquire dimensões múltiplas no mundo do saber a partir do momento em que funciona como um fio condutor para a afirmação da humanidade enquanto grupo social permeado por uma teia de pensamentos e acontecimentos construída por conflitos e consensos.

No momento em que a informação e a comunicação, dimensões ancestrais de qualquer experiência humana e social, passam a constituir indústrias e mercados, é preciso desenvolver urgentemente conhecimentos e teorias para relativizar o tecnicismo e o economismo, e preservar as dimensões de emancipações que, desde o século XVI, na Europa, estiveram na origem das batalhas pela liberdade de informação e de comunicação. Para mim, não haverá democracia no plano mundial sem uma reflexão teórica sobre os desafios políticos, culturais, técnicos, antropológicos e sociais ligados à comunicação. O mais importante, na informação e na comunicação, não são as ferramentas nem os mercados, mas [] o ser humano, a sociedade e as culturas. Por isso, não há comunicação sem uma teoria da comunicação, isto é, sem uma representação das relações humanas e sociais, e, finalmente, sem uma teoria da sociedade e da democracia. ‘Diga-me a qual teoria da comunicação você adere, eu lhe direi, finalmente, a qual concepção da sociedade você está ligado (WOLTON apud GOMES, 2007, p. 16).

A palavra como instrumento máximo da linguagem nos dá a possibilidade de trafegar por todos os campos conhecimento humano. É através dela que os aparelhos sistêmicos ideológicos encontram uma aliada nas disputas de poder, seja para criticá-lo, mantê-lo, ou até mesmo destituí-lo. Assim é passível a compreensão de que a palavra tem alta relevância na vida social, construção das culturas e ideologias das sociedades com seus signos e significados. Paulo Freire (2002), cuja obra tem base na comunicação dialógica, ao pautar a educação como um instrumento de libertação e emancipação do ser humano diante do seu opressor referenda a comunicação como um processo de sujeitos ativos e históricos como condicionante para realização de uma verdadeira comunicação.

[...] a propósito do aspecto humanista em que deve estar inspirado o trabalho de comunicação. Aspecto humanista de caráter concreto, rigorosamente científico, e não abstrato. Humanismo que não se nutra de visões de um homem ideal, fora do mundo; de um perfil de homem fabricado pela imaginação, por melhor intencionado que seja quem o imagine. Humanismo que não leve à procura de concretização de um modelo intemporal, uma espécie de idéia ou de mito, ao qual o homem concreto se aliene. Humanismo que, não tendo uma visão crítica do homem concreto, pretende um será para ele; ele que, tragicamente, está sendo uma forma de quase não ser. Pelo contrário, o humanismo que se impõem ao trabalho de comunicação entre sujeitos, se baseia na ciência, e não na ‘doxa’, e não no ‘eu gostaria que fosse’ ou em gestos puramente humanitários. Neste humanismo científico (que nem por isso deixa

de ser amoroso) deve estar apoiada a ação comunicativa do agrônomo-educador (FREIRE, 2002, p. 73 – 74).

Portanto, essa perspectiva da comunicação no processo educativo enquanto instrumento emancipador é que o Movimento pauta em seu debate sobre a comunicação. E entender como essa construção se desenvolve no âmbito interno é o que desenvolvemos nesse trabalho a partir da abordagem de uma experiência específica de comunicação dentro do MST que é a Marcha pela Reforma Agrária e contra a crise no Pernambuco em 2009, cuja discussão é permeada pelo debate da comunicação popular e alternativa.

2.1 A comunicação popular: expressão das lutas populares

A sociedade civil organizada busca por meio da construção dos veículos de comunicação popular dar vazão a diversidade e pluralidade de propostas e ideias dessa parcela da sociedade que é marginalizada e excluída do conglomerado midiático. Essa possibilidade de se expressar por um viés que permita dar visibilidade a um outro ponto de vista indica um potencial transformador e democratizante, que é a construção do desenvolvimento da comunicação popular.

Segundo Peruzzo (2006), a comunicação popular, também denominada de participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão, representa uma forma alternativa de comunicação. Porém, o sentido político é o mesmo, pois mesmo se tratando de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população seu processo de mobilização visa atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política de determinada parcela social.

Nesse sentido, Peruzzo afirma que:

A comunicação popular e alternativa se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa (PERUZZO, 2006, p. 05).

No Brasil e América Latina como um todo, a comunicação popular é oriunda dos movimentos populares dos 1970 e 1980, que emerge da ação dos grupos populares, não se caracterizando, portanto, como qualquer mídia³. É no seio dos movimentos e organizações populares, que perpassa essa construção e consolidação dessa ação de caráter mobilizador coletivo.

Por ser uma comunicação que representa um espaço democrático de participação popular a partir dos anos 90 começam a surgir inúmeras experiências comunicacionais realizadas por associações grupos ou pessoas individualmente, reconhecida como comunicação comunitária que se baseia no argumento da construção coletiva e que em geral envolvem jovens e transforma a comunicação como um instrumento mediador na “formação da autoestima e da cidadania juvenil em áreas carentes”⁴.

A comunicação popular permite não apenas que seja reconhecido o “direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia -, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos” (PERUZZO, 2006, p. 10). É por meio da participação ativa do indivíduo como produtor e condutor/emissor do processo comunicativo que se possibilita a constituição de outra forma de se relacionar e fazer comunicação, incluindo os processos educomunicativos que vêm a contribuir para o desenvolvimento do exercício da cidadania e emancipação humana.

De acordo com Dornelles (2007), para ser comunicação popular é necessário uma quebra ou ruptura da lógica da dominação. E esta se realiza a partir do próprio povo, compartilhando seus próprios códigos. “A identificação entre Comunicação Popular e Comunicação Emancipadora está no fato de que toda Comunicação, para ser Popular, deve ser Emancipadora” (DORNELLES, 2007, p. 05).

Nesse sentido, como o popular está relacionado ao “povo”, as iniciativas populares que a constituem são experiências geralmente participativas, dialógicas, educativas e por muito radicais. Isto mesmo existindo diferenças na perspectiva política de criar um instrumento que traga em sua essência o caráter de emancipação da sociedade, mas que ao mesmo tempo seja um meio de formação e informação para aqueles que o constrói. Mesmo existindo distinções nas formas de produção de seus conteúdos influenciados diretamente pelo contexto político ideológico de cada grupo.

Observa-se que a insurgência da comunicação popular se dá exatamente baseada na realidade das classes subalternas, excluída pelo sistema social vigente. E esta se realiza com o

³ PERUZZO, 2006, p. 03.

⁴ Idem, p. 05.

objetivo de promoção da transformação social, por meio do processo de politização dos sujeitos que a compõe. É mediante essa proposição que se realiza uma consequente emancipação, através dos meios comunicativos participativos e de valorização das subjetividades no interior de um determinado grupo social. Os estudos de Peruzzo inclusive refletem que a comunicação deve ser ancorada em projetos mais amplos de transformação da sociedade:

A finalidade, em última instância, é favorecer a autoemancipação humana e contribuir para a melhoria das condições de existência das populações empobrecidas, de modo a reduzir a pobreza, a discriminação, a violência etc., bem como avançar na equidade social e no respeito à diversidade cultural. Contudo, a comunicação não se presta a fazer a mudança sozinha. A visão de uso dos meios meramente para difundir conteúdos educativos está superada. Trata-se de sua inserção em processos de mobilização e de vínculo local ou identitário sintonizados a programas mais amplos de organização-ação, dos movimentos sociais populares (PERUZZO apud PEREIRA, p.02).

Esse processo de mobilização e vínculo identitário citado por Peruzzo é o que afirma o fato da comunicação popular não ser algo que se encerra em si só, principalmente por que ela se torna uma condição de ser construtora e modeladora da vida social, no sentido de ser algo que perpassa outros espaços, outras culturas, é um processo de criação conjunta, dialógicos e de rompimento com a lógica do sistema capitalista. É por si só “um instrumento democrático, de conscientização, de mobilização, de educação política e manifestação cultural de um povo ou um grupo” (PEREIRA, p.02). A comunicação popular é, portanto, produto e produtora dos mais diversos movimentos sociais e culturais existentes no país.

2.2 A comunicação alternativa: uma contra proposição da expressão

Foi em um dos momentos mais repressivos vivenciados pela sociedade brasileira, período em que os militares estavam no poder, durante a ditadura no Brasil de 1964 a 1985, que a mídia alternativa consegue espaços significativos na imprensa no Brasil. A comunicação alternativa é a contra comunicação, evidenciada principalmente neste período. Os principais veículos de comunicação utilizados eram os jornais que se apresentavam como alternativa de leitura aos jornais hegemônicos existentes. Como uma opção de informação surgiu diversos jornais impressos principalmente de partidos, movimentos e organizações de oposição aos militares.

Na comunicação alternativa surgiam também instrumentos como boletins, revistas, panfletos. As origens e conceitos de comunicação alternativa, segundo Peruzzo (2008) é como o próprio nome indica, a comunicação alternativa se baliza por uma proposição diferente:

“pretende ser uma opção enquanto canal de expressão e de conteúdos info-comunicativos frente à grande mídia comercial e à mídia pública de tendência conservadora. Partindo desse pressuposto vem se desenvolvendo ao longo da história uma práxis comunicacional – teoria e prática – diversa e que se modifica em conformidade com o contexto histórico em que se realiza” (PERUZZO, 2008, p.02).

Kucinski (2001) destaca a comunicação alternativa em um contexto de grandes mudanças sociais no Brasil:

“A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo. À medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos” (Kucinski, 2001, p.06).

A comunicação alternativa possui essa característica de ser direta e crítica. Especificamente na ditadura, a mensagem de oposição ao regime militar disputava espaço diretamente com os meios de comunicação que defendiam e reafirmava a ideologia do Estado, mais precisamente, a elite dominante que estava relacionada diretamente com essa política centralista e totalmente antidemocrática, esta esfera de poder, fazia uso das emissoras de rádio, de jornais de grande circulação e até da TV para reforçar uma ideologia e convencer o povo de que tudo estava bem e para isso dar certo, foi preciso esconder, manipular a informação e muitas vezes mentir para manter o domínio.

No livro de Bernardo Kucinski (2001), *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa (1964 – 1980)*, percebemos como essas expressões de comunicação direta, muitas vezes sarcástica e com pitadas de humor escrachado para contribuir no processo de crítica consciente dos leitores neste período.

O pesquisador destaca que os jornais alternativos foram criados a partir das motivações dos seus protagonistas: sociedade civil, partidos políticos e movimentos populares. Existiram ciclos de existência destes jornais que foram utilizados da década de 60

com o lançamento do “PIF- PAF” em 1964 à década de 80 como o “RETRATO DO BRASIL” de 1987.

No entanto, foi neste período também que a liberdade de expressão sofreu seus maiores ataques, com observamos no artigo de publicação da Associação Nacional de Jornais: *Imprensa Brasileira - dois séculos de história*⁵, em que afirma:

O período foi sombrio para o exercício da liberdade de imprensa. O endurecimento do regime militar, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), no dia 13 de dezembro de 1968, reintroduziu a censura direta e indireta em níveis só comparáveis ao período mais duro do Estado Novo, chegando a situações surrealistas, como a proibição, pela Polícia Federal, de que os jornais divulgassem um discurso do líder do governo no Senado negando a existência de censura no País. Embora poucos tenham sido os jornais obrigados a submeter todos os seus textos a censores, o cerceamento da liberdade dava-se sob outras formas, como as pressões econômicas por meio de verbas publicitárias oficiais ou a anunciantes privados, atentados, ameaças e vigilância ostensiva sobre os editores e jornalistas (p.13).

Podemos considerar que com o AI-5 modificam-se as condições para o exercício do jornalismo crítico na imprensa convencional, pois sinalizam a consolidação da ditadura. Um silêncio imposto para a imprensa é essencial para sucesso do regime da ditadura militar. Foi um divisor de tempo, um marco histórico. Formou-se a consciência coletiva do golpe.

Kucinski (2001) relembra, porém que O endurecimento do regime militar, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), no dia 13 de dezembro de 1968, reintroduziu a censura direta e indireta em níveis só comparáveis ao período mais duro do Estado Novo, chegando a situações surrealistas, como a proibição, pela Polícia Federal, de que os jornais divulgassem um discurso do líder do governo no Senado negando a existência de censura no País. Embora poucos tenham sido os jornais obrigados a submeter todos os seus textos a censores, o cerceamento da liberdade dava-se sob outras formas, como as pressões econômicas por meio de verbas publicitárias oficiais ou a anunciantes privados, atentados, ameaças e vigilância ostensiva sobre os editores e jornalistas (KUCINSKI, 2001, p.13).

Outro elemento que Kucinski (2001) observa é que com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog em outubro de 1975 se potencializou os jornais com diversas temática e regional da imprensa alternativa. O fazer política e o fazer jornalismo tem uma interação e necessidades que se com acirramento das lutas, a imprensa alternativa sendo parte e função das lutas sociais:

⁵ Artigo: *Imprensa Brasileira - dois séculos de história* disponível em <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalstica/historianobrasil/arquivos-em-pdf/>. Acesso outubro de 2013.

No surto alternativo brasileiro dos anos de 1970, a imprensa alternativa portadora de um projeto nacional articula-se às organizações de esquerda dentro de estratégias predominantemente defensivas, as estratégias possíveis numa ditadura. Por outro lado, o impulso decisivo da empreitada alternativa não foi o político, mas o jornalístico. E, nos momentos de grande comoção social, a grande imprensa reabre seus espaços críticos. Quando isso acontece, os jornalistas não procuram a alternativa. Há, portanto, uma interação complexa entre duas necessidades distintas: a do fazer político e a do fazer jornalístico, que tanto podem se somar como se anular. Na maior parte do grande arco de tempo que vai de 1964 a 1980 elas se somaram. No biênio 1968-1970, no entanto, assim como a partir de 1980, elas se anularam” (KUCINSKI, 2001, p.42).

Assim a comunicação alternativa se caracterizava no fazer política e o fazer jornalismo, que tinham uma interação e necessidades que se somam do tempo que vai de 1964 a 1980. Em 1975, com o Ato Institucional do governo, conhecido AI-5, modificam-se as condições para o exercício do jornalismo crítico na imprensa convencional, pois sinaliza-se a consolidação da ditadura. Desse modo um silêncio imposto para a imprensa foi essencial para sucesso do regime da ditadura militar. Kucinski (2001) relembra que foi um divisor de tempo, um marco histórico.

Outro aspecto relevante nesta época era o papel que as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica exerciam, pois era um movimento de base e suporte de outros movimentos, que geravam uma nova identidade social. Vale ressaltar aqui, o surgimento de movimentos, como o MST, também nesta época.

Com os movimentos ampliaram-se os vários jornais, boletins e folhetins populares, apesar da ausência de escrita das populações pobres e da inexistência de uma tradição de imprensa comunitária no Brasil. A prática dos jornais basistas se aproxima da tentativa de busca de uma nova identidade, que se apoia nos movimentos sociais e enfatiza a contrainformação como informação que é negada do povo por parte da imprensa dominante. Nesta categoria, os jornalistas são os protagonistas principais, valendo-se dos movimentos populares para operar sua autorrealização como jornalistas.

Kucinski (2001), afirma que parte da atividade jornalística e alternativa passou por um processo de institucionalização. Especialmente com a tomada dos sindicatos pelas forças de esquerdas a partir das greves de 1978 e 1979 no ABC, e com a consolidação de entidades representativas dos movimentos populares que não se reproduzia na articulação que pudesse definir uma imprensa alternativa, apenas subsistem alguns elementos, e numa forma mais simples: os jornais são veículos de defesa de interesses corporativos ou institucionais específicos.

Por este motivo, até os dias atuais permanecem os desafios para os movimentos sociais

na consolidação e manutenção de uma comunicação alternativa, que possa servir de comunicação e contraponto de informações à hegemonia burguesa dos monopólios da comunicação e ao capitalidade, como proposta pelo Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e do jornal Brasil de Fato.

Ressaltamos, como exemplo, o surgimento do jornal Brasil de Fato que é um meio de comunicação alternativa. Lançado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 25 de janeiro de 2003. Com tiragem de 50 mil exemplares (16 páginas coloridas, tamanho standard), ele é um jornal semanal, com circulação nacional. O jornal declara que ele surge da luta por uma sociedade justa e fraterna, pela democratização dos meios de comunicação, dos movimentos sociais como o MST, a Via Campesina, a Consulta Popular e as pastorais sociais, e sendo semanal político, de circulação nacional, contribui no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país, e sendo plural e diversificado, o jornal Brasil de Fato reúne jornalistas, articulistas e intelectuais do Brasil e do mundo².

Além disso, citamos também a Página do MST⁶, que surge em 1997, após o 3º congresso do Movimento em um momento crítico de intensas repressões contra os movimentos sociais camponeses, inclusive para o MST. Em 1996, no dia 17 de abril, ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás, onde a Polícia Militar do Pará assassinou 19 trabalhadores sem terra. O fato tomou repercussão internacional e reforçou a necessidade de construir o debate popular sobre a realização da Reforma Agrária no campo brasileiro e a sua relação com a cidade. Daí, a compreensão política de criar um instrumento de comunicação que dialogue com a sociedade especialmente urbana, na perspectiva de pautar essa bandeira no contexto social e político brasileiro a partir da visão do Movimento.

Desta forma, nos dias atuais, com a chegada do advento da internet o processo de desenvolvimento da comunicação se altera em sua estrutura. E embora, tenham-se as limitações, principalmente da inclusão digital de grande parcela da população brasileira, nos últimos anos o Brasil tem tido um acréscimo considerável de usuários de internet. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que 83 milhões de brasileiros com 10 anos ou mais acessam a internet, 49,2 % da população. Além da estratégia de se tornar uma referência como veículo de diálogo com a sociedade, a Página do MST marca a inclusão

² Jornal Brasil de Fato- Quem somos. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/1>. Acesso outubro de 2013.

⁶ www.mst.org.br

nesse universo inovador da era comunicacional.

Portanto, os meios de comunicação sejam populares e/ou alternativos, ainda são expressões significativas para sociedade brasileira, como fonte de informação e conscientização de trabalhadores e organizações sociais que lutam por melhores condições de vida e mudanças estruturais da sociedade, como na luta contra as desigualdades sociais e na garantia de direitos.

CAPÍTULO III

Agitprop no processo de transformação social

A agitação e propaganda (AgitProp) é considerada uma forma específica de propagar ideias por meio da ação provocada pela indignação diante das inúmeras formas de opressão do sistema. As formas de fazê-la são variadas e depende do contexto histórico e local, bem como da criatividade militante de quem a realiza. O estágio em que se encontra a luta de classes marca a forma irreverente ou não de realização da AgitProp.

Dentro do ponto vista da história, várias organizações e movimentos sempre se utilizaram da AgitProp para difundir suas ideias. No Brasil se aproveitava de todos os tipos de concentração das massas. Dramaturgos, como Augusto Boal, utilizaram o teatro para fazer propaganda pela agitação. Há que registrar aqui a parceria do Boal com o Centro de Teatro do Oprimido cuja experiência mostrou que:

O processo de transferência dos meios de produção da linguagem teatral é relativamente simples, pois não depende de equipamentos e infra-estrutura específica, e quando operado de forma a estabelecer um diálogo produtivo com a experiência de vida das pessoas, a recepção tende a ser bastante acelerada” (VILLAS BOAS, 2005, p. 04).

No México, artistas como Siqueiros, Rivera e Orozco, criaram a arte do muralismo, uma forma de propaganda pela arte plástica. Na revolução nicaraguense a música foi um importante instrumento de AgitProp das massas, entre outras experiências a serem exploradas também na literatura e poesia. No âmbito da comunicação direta, as rádios clandestinas foram cruciais no processo de AgitProp da luta revolucionária. No Brasil não podemos deixar de citar movimentos como os Centros Populares de Cultura (CPC's) e o Movimento de Cultura Popular que articularam cultura e política de forma radical e a dominação política e econômica da cultura pela burguesia foram destruídos pelo golpe militar de 1964 e apagados da memória.

A experiência de agitação e propaganda desses dois movimentos, que amadurecia a passos largos, compreendia a publicação de jornais, revistas, livros de poesia e música, a gravação de discos, a organização de festivais e de debates. Ambos os movimentos operaram mudanças radicais na organização da produção do teatro brasileiro, desde os temas, a pesquisa de formas teatrais, a incorporação do processo de redação e direção coletiva das peças, a apresentação gratuita em comunidades

rurais e bairros de periferia urbana, e a realização de oficinas de formação teatral, em consonância com a formação política, que naquela conjuntura não andavam dissociadas. Além disso, os dois movimentos produziam, em parceria, o filme *Cabra Marcado pra morrer*, que contava a história real do assassinato de João Pedro Teixeira, um dos líderes das Ligas Camponesas, sob a direção de Eduardo Coutinho, com trabalhadores rurais atuando no elenco, e com um dos camponeses atuando como assistente de produção – o golpe de 1964 interrompeu violentamente o processo das filmagens⁷ (VILLAS BOAS, 2005, p. 03 e 04).

Portanto, é perceptível compreender a partir de toda essa gama de experiências tidas inclusive no Brasil, que AgitProp é um método diretamente ligado ao todo da organização, a sua formação política ideológica deve estar de acordo com as necessidades impostas pela vida política e pelos objetivos da organização. Seu conjunto de métodos e formas que podem ser utilizados como tática de agitação é mais do que técnicas onde, quem participa não são apenas animadores de atos.

Segundo Garcia (1990), a expressão agitação e propaganda foi criada pelos revolucionários russos, para designar as diversas formas de fazer agitação de massas e ao mesmo tempo divulgar os projetos políticos da revolução. Ao elaborar sobre a AgitProp no processo de transformação social, os coletivos de juventude, comunicação e cultural da Via Campesina contextualiza bem a questão. “AgitProp é o termo que sintetiza a expressão agitação e propaganda. Esse termo foi disseminado por diversos países, bem como as experiências dos grupos, brigadas ou coletivos de agitadores e propagandistas” (Cartilha AgitProp no Processo de Transformação Social, 2007, p.10).

A atividade de agitação e propaganda deve gerar o debate para lutas permanentes de acordo com as necessidades e pelos objetivos da organização. Para isso é importante que quem esteja nesta tarefa se prepare para a organização e mobilização dos setores da sociedade. De forma que, para que ela seja eficaz, é necessário fazer a conexão entre a estratégia da organização e os pontos centrais das contradições que surgem na conjuntura.

Nas ações de AgitProp é essencial que se articulem elementos da conjuntura e da base estrutural do sistema que é criticado. Fazer com que a partir dos problemas cotidianos se possam compreender o sistema e suas contradições mais profundas. Nesse aspecto quando se constroem ações, estas podem causar um efeito de estranhamento das relações de poder que a classe dominante naturalizou em séculos de sistemática violência do Estado e da burguesia contra a população pobre.

Várias táticas de agitação e propaganda podem ser utilizadas, como as escritas (panfletos, jornais, revistas, boletins) audiovisuais (cartazes, vídeos, rádios, canais de TV,

⁷ Em 1984 Eduardo Coutinho retoma as filmagens, e finaliza o filme como documentário, com trechos do filme de ficção que estava em construção em 1964.

muralismos) teatrais, marchas, ações diretas, musicais e etc. Para definir a forma, a duração e a eficácia que a intervenção vai ter, o importante é ter em mente qual o objetivo da intervenção. Não existem formas e métodos de agitação e propaganda definidos, depende do contexto de cada momento que pode demandar novas formas de agitprop, cada organização tem sua criatividade.

O planejamento da tática de agitprop de acordo com o processo social pelo qual o país estiver passando. Como por exemplo, quando há descenso de massas a estratégia e as táticas são diferentes de quando há reascenso.

As experiências e até mesmo desenvolvimento do termo Agitação e Propaganda surgem no período da Revolução Russa, depois na URSS, Alemanha, França e até mesmo EUA. Costa (1996) indica a existência de três fases do desenvolvimento dessas experiências:

a - Grupos de artistas, intelectuais e estudantes organizam movimentos culturais visando a politização das classes populares.

b - Estágio de socialização dos meios de produção, que implica por sua vez, a alteração das relações de produção.

c - Interrupção das experiências, por meio de intervenção do Estado.

Exceção: *no caso brasileiro, passamos do primeiro momento diretamente para o terceiro, pois o golpe militar de 1964 interrompeu o desenvolvimento do segundo estágio* (COSTA, 1996, p.13 e 14)

No começo do século XX o problema de desinformação, analfabetização e alienação eram muito fortes, e hoje ainda persistem, apenas com diferença na forma de organização do poder. Por não possuir os meios de produção e divulgação de massa que permita combater o padrão hegemônico de comunicação, segue potencializando métodos de trabalho de base e agitação que se baseiam no contato da realidade dos militantes com a população. Esse método junto com a agitação e propaganda não foi apropriado pelas classes dominantes. A exceção era de algumas religiões com princípios conservadores que iam de casa em casa e usavam a tática para atrair fiéis.

No entanto, Villas Boas (2005) pontua que o período da década de 60 foi um período de destruição do processo de AgitProp no Brasil e uma interrupção abrupta dos laços entre as classes trabalhadoras e intelectuais com grande parcela de contribuição do que viria a ser hoje grandes conglomerados da comunicação.

“Os militares destruíram aqueles recentes e promissores vínculos por meio dos quais operava-se um processo de transferência dos meios de produção de técnicas e linguagens artísticas aos camponeses e operários. Ao mesmo tempo, o regime dos fuzis incentivou a criação de um sistema nacional de televisão – cujo maior expoente foi a Rede Globo – que correspondesse esteticamente a imagem de desenvolvimento do país com a qual os militares pretenderam justificar seu

predomínio brutal no poder” (VILLAS BOAS, 2005, p.03).

A partir do golpe de 64 se intensifica o processo de repressão das insurgências contra hegemônicas do sistema e não apenas o domínio e monopólio dos meios de comunicação prevalecem com a classe dominante, como também os meios de produção da cultura são hegemônicos pela elite. A atuação conjunta de ambas as vertentes se dá de forma que a construção de naturalizar a ideia de que as técnicas e linguagens da comunicação e cultura são de uso exclusivo da burguesia se transforme em senso comum na sociedade de classes.

Aceitamos de forma passiva a distribuição desigual das armas para o duelo pela disputa do imaginário dominante: os detentores do poder ficam com a televisão, a mais potente das armas, por vincular imagem e som, estar posicionada dentro das casas das pessoas, como as minas terrestres em campo inimigo, e dispor de uma artilharia variada, que vai de telejornais a telenovelas melodramáticas, passando por desenhos animados e filmes importados dos EUA. E os movimentos sociais ficam com o trabalho de base, passando de casa em casa, fazendo reuniões em comunidades de bairro, tentando angariar contingentes populares para luta a favor da Reforma Agrária, contra o desemprego, etc” (VILLAS BOAS, 2005, p. 04).

Atualmente, um dos principais mantenedores da desinformação e alienação é o monopólio dos meios de comunicação de massa que não existia da mesma forma nas décadas passadas. Nesse contexto, a AgitProp surge como método e tática que venham a ser um instrumento na disputa da hegemonia da comunicação. Para isso, existem fatores que podem potencializar as ações de AgitProp:

a - A tecnologia nos deu condição de acesso aos meios de produção. O avanço tecnológico na produção de equipamentos de filmagem, edição e gravação audiovisuais e musicais tornou possível a popularização da produção de filmes, músicas, fotografias, etc. Isso significa que linguagens como o cinema e a televisão, até então monopolizados pela elite, poderão ser democratizadas, não mais apenas pela perspectiva do consumo. Além disso, a tendência é que novas alternativas de democratização da informação apareçam em ritmo crescente, também como consequência do desenvolvimento tecnológico, o que facilitará a divulgação da produção.

b - A construção de um calendário comum de lutas entre movimentos sociais e centrais sindicais dá organicidade para as ações de agitprop, pois elas passam a estar inseridas na vida política das organizações, como tática de ação contra hegemônica e fortalecimento do contato com a sociedade” (CARTILHA DE AGITPROP NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, 2007, p22).

O MST, desde o seu surgimento, faz uso contínuo da prática de agitação e propaganda no processo de organização dos trabalhadores rurais e mobilização da sociedade em torno da questão agrária no Brasil. Pois, a ação dos militantes, ao fazer o trabalho de base para a ocupação da terra, é uma propaganda concretizada pela ocupação que reafirma a continuidade do processo de luta da Reforma Agrária.

No entanto, foi em abril de 2005, com a execução da prática de AgitProp para divulgação da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, que o Movimento passou a ter uma preocupação de estudar e aprofundar os conhecimentos da prática de agitação e propaganda, cujo resultado é a elaboração teórica: AgitProp e MST: considerações sobre a práxis da agitação e propaganda (Rafael Villas Boas, 2005), formulada a partir da demanda coletiva e utilizada neste trabalho.

Hoje, essas discussões são feitas para além do setor de comunicação e cultura do MST, abrangendo outros setores do Movimento. Mesmo com esse avanço a atividade de AgitProp, esta ainda é uma ação pontual, as intervenções ocorrem quando tem as mobilizações, como por exemplo, a panfletagem dos jornais Brasil de Fato e Jornal Sem Terra, teatro do oprimido e de rua, entre outros.

Para o MST a propaganda é a explicação do todo, no que consiste o projeto de Reforma Agrária, principal bandeira de luta do Movimento. A agitação são ações que agitam a massa e que mobilizam para ações concretas, místicas, intervenções, panfletagem, animação, etc. Essa agitação é construída por valores que desenvolvem o espírito militante para seguir nas trincheiras da luta:

1. Gostar de ser e estar no meio do povo. De ter abertura para aprender com o povo, com a comunidade, com as pessoas com as quais convive.
2. Ter sensibilidade política para perceber os momentos certos de atuar, recuar e avançar. A sensibilidade política nos permite ter a clareza de lidar com as contradições que aparecem, os imprevistos na lida com as pessoas.
3. Desenvolver a capacidade individual de fazer leitura e análises da realidade local. Interpretar e interligar as questões do específico com as grandes questões gerais da sociedade. Interpretar e identificar em cada local e realidade o que mais desperta a curiosidade das famílias, das pessoas. E partir da necessidade local para fazer o trabalho de agitação e propaganda.
4. Gostar de estudar e pesquisar. Um bom agitador e propagandista buscam a luz da história e da ciência elementos para aprofundar e melhorar o trabalho.
5. Espírito de companheirismo, de solidariedade, de sacrifício e do desprendimento dos bens materiais. Valor de criar espírito de coletividade.
6. A firmeza e a coerência ideológica. Não se deixar levar pelos problemas e dificuldades do trabalho. Não se deixar levar pelas graças e fantasias da propaganda feita pelas elites.
7. Acreditar que as mudanças profundas nascem, crescem e acontecem somente através do povo organizado. Acreditar na força do povo e na capacidade de mobilização social. As transformações não estão em outros lugares. Não perder de vista o horizonte político e os objetivos, a razão de nossa existência enquanto militantes de um movimento social.
8. Ser exemplo no trabalho, nas iniciativas, na superação dos limites, na prontidão para as tarefas mais árduas do cotidiano” (CARTILHA DE AGITPROP NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, 2007, p.24 e 25).

Portanto, o processo do fazer AgitProp no MST está tanto para propagar externamente as ideias de mudanças e transformações da sociedade, quanto para agitar a militância e base

social do Movimento para cultivar, anunciar e fortalecer o projeto de uma nova sociedade concretizada principalmente a partir da realização da mística, que através dos símbolos e artifícios culturais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais constrói na prática os valores da militância social. A AgitProp foi fundamental durante a realização da Marcha em defesa da Reforma Agrária e contra a crise de 2009 em Pernambuco a rádio foi um instrumento de AgitPrpo utilizado pelos trabalhadores rurais sem terra.

3.1 A comunicação que estamos construindo

No capítulo anterior realizamos uma breve contextualização da comunicação, bem como, abordagem de duas de suas categorias: popular e alternativa. Aqui a proposta é manter o diálogo entre essas categorias com as experiências de comunicação realizadas pelo MST durante a Marcha em defesa da Reforma Agrária e contra a crise no Pernambuco em 2009. A partir daí vamos analisar as propostas e encaminhamentos feitos pelo setor de Comunicação no estado, assim como possíveis contradições e/ou lacunas temáticas, ou seja, questões importantes para a produção de comunicação que ainda não tenham sido identificadas ou suficientemente exploradas por suas instâncias.

A comunicação no MST é popular e também alternativa, sobretudo se propõe na garantia de informação e divulgação para sua base social sobre a realidade do trabalhador, em particular do campo, na sociedade em que vivemos. Além disso, se propõe no fortalecimento da luta pela Reforma Agrária e no enfrentamento ideológico aos grandes meios de comunicação, a luta pela democratização da comunicação também faz parte da agenda do movimento social, garantindo-se como elemento de mobilização política e no diálogo com a sociedade, principalmente da cidade como podemos perceber durante a Marcha Estadual em Defesa da Reforma Agrária e Contra a Crise de 2009.

Segundo GUINDANI & ENGELMANN (2011), a comunicação também é parte indispensável da constituição histórica do MST, ou seja, é um elemento fundamental na luta contra-hegemônica; de disputa de sentido; de rompimento das barreiras comunicacionais antidemocráticas, que contribui com a emancipação dos trabalhadores organizados.

Neste sentido, a comunicação que estamos falando abordam esses elementos que estamos tratando neste trabalho, a partir da experiência vivenciada na Marcha em Defesa da Reforma Agrária e Contra Crise no estado de Pernambuco com a Rádio Poste e as rádios, que

tinha como objetivo ser um dos instrumentos de comunicação dos trabalhadores rurais sem terra.

3.2 Marcha em Defesa da Reforma Agrária e Contra a Crise no Estado de Pernambuco

A Marcha em defesa da Reforma Agrária e contra a crise ocorreu no período de 09 a 14 de agosto de 2009. Era um momento em que mais de três mil trabalhadores e trabalhadoras do MST e movimentos da Via Campesina estavam mobilizados em um grande acampamento nacional em Brasília. O acampamento em Brasília, a marcha em Pernambuco, assim como outras mobilizações que aconteceram em todos os estados do país fez parte da Jornada Nacional de Luta em defesa da Reforma Agrária e contra a Crise, que teve como objetivo negociar com órgãos do governo os pontos da pauta da Reforma Agrária e dialogar com a sociedade sobre a criminalização dos movimentos sociais e sobre os aspectos da crise.

As mobilizações uniram luta, estudo e diálogo com a sociedade, no sentido de reafirmar a necessidade e legitimidade da efetivação de um programa de Reforma Agrária massiva e popular para o país e denunciar as consequências da crise para a classe trabalhadora rural e urbana.

No mês de agosto o Acampamento Nacional pela Reforma Agrária em Brasília e as mobilizações realizadas pelo MST e pelos Movimentos da Via Campesina em todo país, garantiram importantes conquistas para a classe trabalhadora e recolocaram a Reforma Agrária na pauta do governo e no conjunto da sociedade. Na capital federal, mais de três mil trabalhadores e trabalhadoras rurais com representação dos 23 estados em que o MST está organizado, além do Distrito Federal, reuniram-se em um grande acampamento entre os dias 10 e 19. Em outras 23 unidades da federação, foram realizados atos, marchas e ocupações de prédios do INCRA e do ministério da fazenda para exigir do governo uma política econômica que priorize, através de investimentos na Reforma Agrária, a geração de empregos e a soberania nacional.

As ações foram bem-sucedidas e na primeira semana de mobilizações levaram o governo a dar início a uma série de reuniões de trabalho com os movimentos. No dia 18 de agosto de 2009, foram anunciadas medidas consideradas vitoriosas diante do quadro de lentidão da Reforma Agrária e do avanço do agronegócio sobre o campo brasileiro e da crise

econômica mundial: a atualização dos índices de produtividade, o descontingenciamento do orçamento para a obtenção de terras e a desapropriação de propriedades improdutivas, que não estavam disponíveis para a reforma agrária, porque eram utilizados parâmetros de 30 anos atrás.

O acampamento em Brasília jogou luz sobre três temas centrais para a efetivação de um programa de Reforma Agrária, massivo e popular, para o país: o assentamento das mais de 100 mil famílias acampadas pelo país e das mais de 40 mil famílias assentadas apenas “no papel”, porque esperam por investimentos em habitação, infraestrutura, produção, educação e saúde; a atualização dos índices de produtividade, intocados desde 1975; e o descontingenciamento, por parte do Ministério do Planejamento, de R\$ 800 milhões do orçamento do INCRA para este ano, e sua destinação para obtenção de terras e aplicação no passivo dos assentamentos, além da ampliação dos recursos destinados à Reforma Agrária.

As ocupações, as marchas, as mobilizações e debates em âmbito nacional sobre a proposta da Reforma Agrária Popular como projeto de desenvolvimento para o país, foi a Jornada de Luta que arrancou compromissos históricos do governo e que estavam sendo descumpridos, dos quais estão à pauta de desenvolvimento dos assentamentos e a situação das 100 mil famílias acampadas que ainda permanece sem solução, mas estão sendo discutidas com o governo. O atendimento de parte da pauta, contudo, ainda é insuficiente para solucionar as necessidades dos trabalhadores rurais acampados e assentados.

Em Pernambuco a decisão política da Direção Estadual do MST, foi de realizar uma grande Marcha Estadual em Defesa da Reforma Agrária e Contra a Crise. As mobilizações uniram luta, estudo e diálogo com a sociedade, no sentido de reafirmar a necessidade – e legitimidade - da efetivação de um programa de Reforma Agrária massivo e popular para o país e denunciar as consequências da crise para a classe trabalhadora rural e urbana.

Cerca de 2.500 trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra de vários acampamentos e assentamentos de todo o estado de Pernambuco deixaram suas casas e lavouras por uma semana e saíram em marcha do município de Pombos, na Zona da Mata Pernambucana, até a capital Recife. Os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra saíram da região Metropolitana, Sertão Central, Meridional, Agreste, Moxotó, Petrolina, Médio São Francisco, Araripe, Ipanema, Litoral Sul, Litoral Norte, São Francisco, Serra, Riacho do Navio, Mata Sul, Brejo e Mata Norte.

No dia 09 de agosto chegaram à cidade de Pombos e concentraram-se na quadra de esportes da cidade. A noite foi realizado o ato de abertura da marcha, que simbolizou a unidade da classe trabalhadora do campo e da cidade, unidade que permeou toda a

mobilização, e culminando no ato unificado de luta contra a crise, no dia 14 de agosto de 2009 no Recife. Estiveram presentes representantes da Federação Única dos Petroleiros (FUP), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Conlutas, da Associação Nacional dos Docentes (Andes), além do Secretário de Esportes de Pernambuco, da Prefeita de Pombos e de vereadores da cidade. A mobilização culminou com a participação de todos os marchantes no ato da jornada nacional de lutas contra a crise, que uniu trabalhadores do campo e da cidade para exigir a manutenção do emprego e melhores salários, a ampliação dos direitos, a redução das taxas de juros e investimentos em políticas sociais.

Ao mesmo tempo em que a marcha deixava Pombos, cerca de 150 famílias do MST ocupavam a sede do INCRA em Petrolina no sertão do Estado. A ocupação tem objetivo de fortalecer as reivindicações da marcha estadual e pressionar o Superintendente do INCRA, a ir para Recife para receber os Sem Terra, no dia 12.

No dia 12 ao entrar em Recife, a marcha dos Sem Terra foi recebida por cerca de 200 estudantes e trabalhadores da cidade em frente da Universidade Federal de Pernambuco. O encontro foi marcado por uma mística que simbolizou a unidade da classe trabalhadora do campo e da cidade e o apoio da sociedade urbana à Reforma Agrária. Em seguida, os estudantes seguiram junto com a marcha até a Secretaria de Agricultura do Estado, onde os Sem Terra acamparam.

Os 2.500 Trabalhadores Rurais Sem Terra que participaram da marcha acamparam na Secretaria de Agricultura do Estado e na manhã do dia 13, saíram em marcha para a sede do INCRA, onde permaneceram até que suas demandas fossem encaminhadas. Durante toda a manhã a comissão de negociação da marcha se reuniu com os secretários de Agricultura, Saúde e Cidades, com o objetivo de encaminhar concretamente as demandas apresentadas ao Governador, Eduardo Campos, em audiência realizada no dia 10 de agosto. São os primeiros resultados da pressão da marcha sobre o poder público.

No dia 14 de agosto, os trabalhadores do campo e da cidade estiveram juntos novamente, na passeata da Jornada Unificada de Luta contra a Crise, que saiu da CELPE em direção ao Palácio do Governo. Se transformando em uma grande manifestação de unidade da classe trabalhadora do campo e da cidade, para exigir: manutenção do emprego, melhores salários, a ampliação dos direitos, a redução das taxas de juros e investimentos em políticas sociais, mostrando às elites que os trabalhadores estão unidos na construção de um novo projeto para o Brasil e que não pagarão pela crise!

Para estabelecer um diálogo com a sociedade e a imprensa de modo geral no período da Marcha foi elaborado um documento base para divulgação desta, cuja elaboração afirma o

posicionamento do MST, enquanto movimento social, reforçando que este “defende uma Reforma Agrária que seja parte de um projeto de desenvolvimento para o país, que priorize a soberania alimentar do povo e a dignidade do homem do campo e da cidade. Só essa Reforma Agrária verdadeira, massiva e popular pode resolver o problema da distribuição de riqueza e renda, da fome, da educação, da violência e de todas as desigualdades sociais existentes em nosso país” (DOCUMENTO BASE PARA DIVULGAÇÃO DA MARCHA, 2009).

Além do documento base consultamos também a pauta de reivindicações específica que direcionava a marcha em curso. Mesmo que esta era uma ação desenvolvida também a partir de reivindicações nacionais, a marcha de Pernambuco pautou questões locais indispensáveis para a realização da Reforma Agrária no Estado, entre elas:

- O assentamento das mais de 20.000 mil famílias Sem Terra acampadas:
Que todas as áreas de empresas e latifúndios que são devedores do estado; de conflito iminente e próximo a centros urbanos, que não cumprem suas funções sociais sejam decretadas de interesse social e desapropriadas para fins de Reforma Agrária;
- Investimentos para a produção e comercialização dos produtos dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária;
- Investimento em infra-estrutura, educação e saúde para as áreas de Reforma Agrária. Os acampamentos e assentamentos devem ser reconhecidos como espaços sociais, territórios onde vivem pessoas com direitos sociais e políticos adquiridos, e, portanto devem ter esses direitos garantidos” (PAUTA DE REIVINDICAÇÕES MARCHA 2009).

3.3 As ações do Setor de Comunicação na Marcha em Defesa da Reforma Agrária e Contra a Crise

O setor de comunicação se dividiu em uma série de atividades de Agitação e Propaganda com a sociedade em todos os municípios onde a marcha passou: Vitória, Bonança e Moreno. Em Pombos houve um Cortejo do Maracatu Geração Futuro com adolescentes da cidade. Panfletagem sobre a marcha nos pontos de maior movimento da cidade e carro de som uma hora antes da saída, percorrendo o município tocando músicas da Reforma Agrária e fazendo a chamada para a marcha.

Foi organizado no mínimo um debate sobre a marcha e a necessidade da Reforma Agrária em cada município. A equipe de Agitprop fez reconhecimento uma semana antes para identificar possíveis espaços para debates, como: escolas, associações, sindicatos, igrejas, etc. Um dos instrumentos utilizados na agitação e propaganda da marcha foi a Panfletagem, que trazia porque o MST estava marchando, o texto divulgado dizia:

“Porque Marchamos?

Para reafirmar a necessidade da realização da Reforma Agrária como uma política de distribuição de terra, renda e riqueza. Exigimos o assentamento das mais de 20.000 famílias Sem Terra que vive debaixo de lona preta, plantando e construindo suas vidas em terras antes improdutivas; MARCHAMOS porque queremos produzir alimentos saudáveis para o povo Pernambucano, e para isso precisamos de crédito e investimentos na nossa produção. Lembramos que 80% dos alimentos que chegam à sua mesa vêm da agricultura familiar, das nossas lavouras, mas 80% dos créditos e financiamentos do governo para a agricultura vão para os grandes latifundiários e empresas da agricultura, que produzem para o estrangeiro; MARCHAMOS porque exigimos que nossos acampamentos e assentamentos sejam reconhecidos como espaços onde vivem cidadãos e cidadãs desse país e exigimos a garantia de todos os nossos direitos: escola, água, luz, saneamento e infra-estrutura; MARCHAMOS para dialogar com a sociedade Pernambucana e para mostrar quem realmente somos: homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras em luta por uma vida melhor. Não aceitamos mais ser tratados como bandidos e marginais! Por isso convidamos a toda a sociedade para que venha nos visitar durante a marcha, nos conhecer de perto, ver o que produzimos, porque lutamos e quem somos” (PANFLETO MARCHA CONTRA A CRISE , 2009).

Durante a marcha todas as tardes, grupos da Agitprop faziam panfletagem nos pontos de maior movimento dos municípios e o carro de som estava sempre acompanhando nos locais da panfletagem.

A Rádio Itinerante foi outra atividade importante na marcha, foi articulado, junto com o Centro das Mulheres do Cabo de Santo Agostinho e a professora Ana Veloso, da Universidade Católica, em que gravaria programas diários durante toda a marcha, para serem distribuídos através da Radio Agencia Noticias do Planalto (ANP). Todo equipamento foi levado, mas, infelizmente só foi feita uma matéria ao vivo para a ANP com o coordenador do MST do Estado de Pernambuco Jaime Amorim. Pois, o equipamento deu problema e não foi possível dar continuidade a rádio. A equipe de Agitprop fez um mapeamento das rádios comerciais e comunitárias locais nos municípios por onde a marcha passou, em que foram feitas entrevistas e debates durante o período da marcha.

Também foi organizada uma tenda de lona preta de Agitprop em cada um desses municípios, onde aconteceram diversas atividades de Agitprop durante toda a tarde e noite, porém, tinha lugares que não dava, então, as atividades do Cinema na Terra com filmes produzidos pelo MST, exposição das fotos dos 25 anos do MST e feira da Reforma Agrária, era feito ao ar livre nas praças.

Na chegada da Marcha em Recife, no dia 13 de agosto de 2009, foram organizados pontos no trajeto da marcha, onde houve panfletagem e intervenções de Agitação e Propaganda em saudação à marcha, esquete de teatro, batucada, poesia, hip-hop, faixas e bandeiras no percurso, puxadas pela Consulta Popular e União da Juventude Comunista.

Citamos a seguir as ações gerais realizadas:

- **Exposições das fotos dos 25 anos do MST**
- **Cinema na terra com vídeos produzidos pelo Movimento**
- **Fotografias e memória**
- **Relação com a imprensa**
- **Divulgação com o carro de som**
- **Panfletagem**
- **Divulgação nas escolas dos municípios onde a marcha passou**
- **Radio itinerante**
- **Programa de Rádio para Agência Notícias do Planalto (ANP)**
- **Relação com as rádios locais**

Todos esses elementos foram centrais de comunicação entre os trabalhadores e com a sociedade pernambucana por onde a marcha passava.

3.4 A importância das rádios e Rádio Poste na Marcha por Reforma Agrária e Contra Crise em 2009

O rádio é um dos meios de comunicação mais utilizado pela população brasileira, além de ser um instrumento de comunicação que permite falar ao vivo e sem edição. Hoje, cerca de 88% da população brasileira tem acesso ao rádio (Manual de redação para veículos do MST, P.24). A rádio para o MST é de uma grande relevância, pois é um dos instrumentos de comunicação mais utilizado, principalmente em sua base social.

Como destacamos anteriormente neste trabalho, o direito à comunicação no Brasil ainda são desafios para maioria dos brasileiros. É importante observar que, em um diagnóstico prévio realizado pela Associação Mundial de Rádios Comunitárias - AMARC Brasil, foram identificadas diversas inadequações e ausências legais no que se refere à garantia do direito humano à comunicação. A Lei da Radiodifusão Comunitária (9.612/98) teria sido criada há 15 anos, a partir de um conceito de comunidade apenas territorial e urbana que não dão conta das particularidades de comunidades étnicas, de interesses ou em áreas rurais isoladas, mantendo a mesma burocracia, como por exemplo, no processo de outorga e a restrição de potência (25 Watts).

Exemplo disso, segundo a AMARC Brasil, é que existem atualmente mais de 4.800 rádios comunitárias com funcionamento autorizado pelo Ministério das Comunicações. Dentre essas, apenas uma aparece sediada em Terra Indígena, duas em assentamentos rurais, 32 com sede em zonas rurais e nenhuma em comunidade quilombola. Isso não significa que não existam experiências de rádio entre esses grupos – o MST, por exemplo, possui tradição no uso do rádio para organização social e política.

Nem todas as rádios estão nas mãos das elites, considerando que existem rádios comerciais, comunitárias e livres, muitas com boas estruturas e com uma abrangência em grandes municípios. Para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, este é um veículo de comunicação em que tem melhor retorno, pois, consegue manter suas linhas políticas. Neste sentido, o MST consegue mapear as emissoras, os programas e os horários, que geralmente são pela manhã. Muitas emissoras do interior aceitam abrir espaços e marcar entrevistas.

Para o MST na imprensa popular, é importante mapear esses veículos e fazer troca de produtos, desta forma cria condições para divulgações e informações sobre o movimento para além de suas bases. Como o público das rádios geralmente é formador de opinião as publicações, por mais pulverizadas, produz um grande alcance. Essa conquista nos espaços das rádios faz parte da luta pela democratização, que representa a conquista de espaços para dar voz a classe trabalhadora e a luta pela Reforma Agrária.

As referências de rádios para o MST se dá nos anos 1987 e 1988, quando o Movimento tinha um programa na Rádio Aparecida em São Paulo, de abrangência nacional, que ia ao ar toda semana. O MST passou a utilizar o veículo também nos estados em que atua, dentro do seu território: nos seus assentamentos e acampamentos. Também se utilizando de programas de rádio das entidades amigas do Movimento. A forma de trabalhar com rádio nos acampamentos era na utilização de rádios-postes para o desenvolvimento da comunicação e também para a organização interna. Os anos 80 foi o período que mais havia rádios-postes nos acampamentos.

Destacamos aqui afirma Jacobus & Girard (2009) que parte dos comunicadores populares brasileiros já entendia a comunicação social como fundamental para a radicalização democrática e para os movimentos sociais. Para o MST a comunicação é entendida como uma política vital para a construção da democracia brasileira e se ampara na afirmação constitucional de que a comunicação é um direito de todos/as cidadãos.

Nos meados de 1990, o MST acompanha a luta pela democratização da comunicação, foi o período que o movimento das rádios comunitárias estava crescendo e o Movimento instalou equipamentos e estruturas nos estados, capacitando gente, montando equipes e

organizando comunidades para montarem as suas próprias rádios comunitárias camponesas.

Como destaca o Manual de Redação do MST (2010):

O MST produziu durante anos, o programa de rádio Vozes da Terra, que era distribuído todo mês para rádios do MST, católicas, universitárias, comunitárias e algumas comerciais de todo o país. Ao todo foram mais de 500 rádios que recebiam, mensalmente, CD's temáticos com 4 programas, de 15 minutos. Os temas eram sociais, políticos, econômicos, culturais, de acordo com a conjuntura e os grandes debates que aconteciam no país. Além de ser distribuído em CD, as rádios podiam baixar o programa pela internet, através da página do MST (Manual de redação para veículos do MST, 2010, p.26)

Com essa experiência do programa Vozes da Terra, avançou a produção radiofônica do MST, passou a produzir e distribuir notícias através de uma agência que é parceira do Movimento com outros movimentos sociais, a Rádio Agência Notícias do Planalto (ANP), que funciona desde 2004 e tem como objetivo tratar de assuntos que geralmente não têm espaço na grande mídia, como as questões que atingem os movimentos sociais e à classe trabalhadora brasileira e da América Latina.

A produção jornalística da ANP envolve também o trabalho de diversos colaboradores, de agências parceiras e de veículos alternativos de comunicação. A produção diariária do material jornalístico é gerada para rádios de todo o país. Sua divulgação se dá principalmente pela internet.

O MST tem experiências com rádios em espaços massivos, como aconteceu na Marcha Nacional pela Reforma Agrária em 2005 com 12 mil marchantes, a “Rádio Brasil em Movimento – Verás que um filho teu não foge a luta”, transmitia entrevista e notícias, além do panorama sobre a marcha dos trabalhadores até Brasília. Foi o principal instrumento de comunicação utilizado com marchantes.

Outro momento marcante do uso da rádio no MST foi no V Congresso Nacional em 2007, onde quase 18 mil trabalhadores rurais, representando todos os estados do Brasil, em que o MST está organizado, reuniram-se em Brasília entre os dias 11 e 15 de junho. Neste Congresso, os trabalhadores fizeram a rádio “Brasil em Movimento”, rádio poste com a função de informar, formar e de agitação e propaganda durante os dias de encontro.

Todos os setores do MST contribuíram com a programação na rádio. Foram utilizados para programação radiofônica diversos formatos com programas de 20 minutos cada, além de entrevistas ao vivo. A rádio “Brasil em Movimento” foi um espaço de aprendizado para os militantes Sem Terra. As rádios do MST, como afirma o representante do setor de comunicação do MST do Paraná, Macario Umbelino da Silva, são instrumentos importantes

porque resgatam a cultura, trabalham com a informação verdadeira e quebram a visão negativa que a população tem dos Sem Terra.

Na Marcha por Reforma Agrária e Contra Crise em 2009 no Estado de Pernambuco, também foi utilizada a Rádio Poste, a idéia era enviar notícias diárias ao vivo sobre o que estava acontecendo na marcha e realizar entrevistas com os porta-vozes. Nesse processo houve contribuição de jornalistas amigos e amigas do MST que fazem programas em rádios comunitárias e também de militantes do setor de comunicação. No entanto, durante a marcha, houve problemas técnicos que não permitiram sua utilização nos dias seguintes da marcha. Somente uma matéria ao vivo, feita pela rádio poste para a Rádio Agencia Notícias do Planalto foi garantida. Esta notícia, destacamos abaixo:

Marchantes reivindicam a retomada da reforma agrária pelos governos em PE

- [Nordeste](#)

(1'26" / 339 Kb) - Assim como acontece em diversos estados brasileiros, trabalhadores rurais sem-terra marcham em Pernambuco. Eles querem a retomada da pauta da reforma agrária pelos governos federal e estadual. Os marchantes passam pelo município de Moreno, onde relembram a morte de trabalhadores rurais assassinados na região. Eles saíram da cidade de Pombos e seguem rumo à capital Recife, onde devem chegar nesta quinta-feira (13).

Desde o início da marcha, atos públicos e exposições de fotos e vídeos são realizados. A marcha faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

O coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Jaime Amorim, explica que os marchantes de Pernambuco têm pautas específicas.

“A expectativa é que a gente possa, ao final da marcha, conseguir boas negociações com o governo do estado e com o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária]. Em sintonia, é claro, com as negociações nacionais. Nós estamos propondo, em Brasília, que todas as famílias acampadas – hoje são 90 mil famílias sejam assentadas ainda este ano. E aqui no estado esperamos que as 18 mil famílias acampadas também possam ser assentadas pelo Incra.”

Nesta quarta-feira (12), os marchantes entregam um documento ao governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB). Eles reivindicam que áreas que não cumpram sua função social sejam destinadas para a reforma agrária.

De São Paulo, da Radioagência NP, Aline Scarso. 11/08/09

Todavia, o problema técnico não desanimou a equipe, os amigos das rádios comunitárias por onde a marcha passava, todos os dias veiculava o percurso da marcha e porque a marcha estava acontecendo, a vinheta que era utilizada no carro de som nos municípios, era utilizada nos programas das rádios comunitárias e também em algumas rádios comerciais. As rádios dos municípios por onde os marchantes passavam, convidavam o MST para falar e debater sobre a marcha.

As rádios comerciais foram as que mais noticiaram a mobilização, durante o percurso da marcha, a Rádio Jornal e a Rádio CBN deram matérias diárias. Porém, foram as comunitárias que mais contribuíram na comunicação na marcha, porque foram elas que transmitiram as informações nos municípios por onde a marcha passava que por conseguinte, eram noticiadas nas rádios comerciais, a contribuição dos jornalistas e radialistas amigos do movimento no processo da divulgação e informação para a sociedade também foi de grande relevância.

Podemos observar que o MST tem vários desafios, um deles é em relação às rádios.

Como apresenta o manual de redação do MST (2010):

- Ampliar o trabalho em rádio, massificar, com a participação das comunidades.
- Desenvolver a identidade de rádio comunitária e camponesa, diferente das rádios comerciais e das rádios urbanas promovidas pela indústria cultural.
- Garantir o envolvimento da militância e de quadros políticos no desenvolvimento e acompanhamento das rádios.
- Desenvolver programação que contribua para a comunicação, educação, produção e organização das áreas de Reforma Agrária (Manual de redação para veículos do MST, 2010, p.26).

Por fim, queremos ressaltar que este instrumento de comunicação que seria utilizado para Marcha por Reforma Agrária e Contra Crise em 2009 em Pernambuco, seria de grande importância para fortalecimento da informação e comunicação sobre os trabalhadores rurais, que as rádios, sobretudo as rádios comunitárias, ainda se mantêm como um dos principais meios de comunicação alternativa para o MST e para a sociedade no que diz ao acesso ao direito à comunicação e ao processo de conscientização dos trabalhadores, como também na luta pela democratização da comunicação e para outra comunicação alternativa e popular para sociedade em geral.

Considerações Finais

A realização deste trabalho consiste em ressaltar que MST foi criado em um determinado contexto de luta dos movimentos sociais, e assim como outros movimentos sociais do campo brasileiro, é continuador dos movimentos, sindicatos e comunidades que o precederam na luta pela conquista da terra e pela Reforma Agrária. Sendo também em certa medida uma síntese dos mesmos.

Nesse contexto, é o Movimento que procura se relacionar com os mais diversos setores da sociedade, chamando-os tanto para o debate e inserção na questão agrária, quanto para dialogarem a respeito das questões que os afligem e afetam diretamente. Abordamos isso de forma regionalizada quando trazemos o histórico da criação do MST no estado de Pernambuco. O histórico se dá a partir de uma linha do tempo desde sua primeira ocupação em 1989, nas terras do Complexo de SUAPE até a realização da Marcha em defesa da Reforma Agrária e contra crise em 2009 e os principais meios de comunicação utilizados.

A reflexão sobre o contexto que o movimento vivia no período e a questão principal que estava posto para o mesmo, foi importante para mostrar como se deu o trabalho com a reforma agrária no estado de forma que esta ocupasse todos os espaços que conviessem para esses fins. E junto a essa contextualização trazer a compreensão política do MST sobre a importância da comunicação, que é anterior à própria fundação do Movimento como organização nacional, uma vez que ela é essencial na luta pela reforma agrária para os trabalhadores rurais.

Nesse contexto, observamos a necessidade de romper o cerco, físico e político também pela comunicação. Uma vez que, o MST entende que lutar contra o monopólio das comunicações e pela democratização dos meios de comunicação é uma questão central para a disputa de ideias na sociedade. Para o movimento democratizar a comunicação, tanto no que se refere ao acesso como aos meios de produção é pressuposto fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. E fazer a disputa contra hegemônica ao capital.

Nesse sentido, discutir um breve histórico do setor de comunicação do MST no estado de Pernambuco com foco no debate em comunicação é que possibilita uma abordagem principalmente sobre o processo de comunicação no Brasil e a forma hegemônica como este tem sido construído. A partir daí, podemos elencar as principais tarefas do setor dentro da

organização e seu papel na relação como a sociedade aborda esse papel no processo de construção da luta unificada dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, como observadas na utilização das rádios durante a Marcha em defesa da Reforma Agrária e contra crise em 2009.

Por fim, entendemos que não adianta apenas tomar os meios de produção da comunicação e da cultura sem os transformar em meios realmente a serviço da luta e da classe trabalhadora. Ou seja, não adianta uma brigada de audiovisual, se os vídeos não forem amplamente divulgados e se não contribuírem para o processo de massificação, formação, relação com a sociedade. Ter brigadas de Agitprop, se estas não estão intrinsecamente ligadas ao todo da estratégia da Organização. A mesma coisa é ter as rádios nos assentamentos, se estas não contribuírem para a organização das áreas e elevação da consciência da base e para a sociedade como um todo.

BIBLIOGRAFIA:

AMARC Brasil- Associação Mundial de Rádios Comunitárias, **site oficial:**

<http://amarcbrasil.org/>

ARANHA, Taís. **Comunicação popular, comunicação horizontal ou dialógica?**

Articulações e diferenças entre conceitos dialógicos. VI Conferência Brasileira de mídia

cidadã.

2010.

Disponível

em

<http://www.unicentro.br/redemc/2010/Artigos/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Popular,%20Comunit%C3%A1ria,%20Horizontal%20ou%20Dial%C3%B3gica.pdf>. Acesso em 21 de

novembro de 2013.

Artigo: **Imprensa Brasileira - dois séculos de história.** Disponível em

<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianobrasil/arquivos-em-pdf/>. Acesso

outubro de 2013.

DÍAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é comunicação.** Col. **Primeiros Passos.** São Paulo:

Brasiliense, 2006.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo.** Petrópolis. Vozes,

1998.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na**

construção da cidadania. Petrópolis, Vozes, 1998.

MELO, José Marques de. **Comunicação e Libertação.** Petrópolis, Vozes, 1981.

MST. Construindo o Caminho. São Paulo, MST, 1986.

_____. **História da luta pela terra.** Cadernos de Formação nº 2, São Paulo, MST, 1986.

FUSER, Bruno. **Comunicação Alternativa: cenários e perspectiva.** Centro de Memória,

Universidades Estadual de Campinas, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Edusp, 2 ed., revista e ampliada., 2001.

GIRARDI, Ilza, JACOBUS, Rodrigo. org. **Para fazer rádio comunitária com “C” maiúsculo.** / Porto Alegre : Revolução de Idéias, 2009.

GUINDANI, Joel Felipe & ENGELMANN, Solange I. **A comunicação popular e alternativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais SemTerra: história e contexto de uma luta contra-hegemônica (MST).** Disponível em www.unicentro.br/rbhm/ed01/artigos/06.pdf. Acesso 21 de novembro de 2013.

PERUZZO, Cicília. **Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço.** XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2008. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0716-1.pdf>. Acesso em 25 novembro de 2013.

_____. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária.** XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da comunicação, Universidade de Brasília, 2006. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em 17 de novembro de 2013.

WOITOWICZ, Karina Janz. Org. **Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil.** Ponta Grossa: UEPG, 2009. Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé - <http://www.baraodeitarare.org.br/>.

Jornal Brasil de Fato, **site oficial:** <http://www.brasildefato.com.br>.

DORNELLES, Beatriz. **Divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária na América Latina.** Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), 2007. Disponível em <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/176/177>. Acesso em 20 de

novembro de 2013.

PEREIRA, Lúcia Helena Mendes. **Comunicação popular: para além do bem e do mal.** Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-lucia-comunicacao-popular.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2013.

Brittos Valério Cruz & Marcelo Schmitz Collar. **Direito `a comunicação e o acesso a mídia.** Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/direito-a-comunicacao-e-acesso-a-midia>. Acesso em 18 de novembro de 2013.

Intervozes. **Plataforma do Intervozes para a Efetivação do Direito Humano à Comunicação no Brasil.** Disponível em: <http://intervozes.org.br/publicacoes/plataforma-do-intervozes-para-a-efetivacao-do-direito-humano-a-comunicacao-no-brasil/>. Acesso 22 de novembro de 2013.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano – Um conceito em construção.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. 2007. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/midia/gomes_comunicacao_como_dh.pdf. Acessado em 30 de novembro de 2013.

Anexos

Anexo 1 - Programação Marcha Pernambuco

09/08 - Chegada e concentração em Pombos

19:00hs - ato público de início da marcha, com participações de convidados local

10/08 - 08:00 hs - saída da marcha - caminhada até Vitória de Santo Antão.

Almoço no Parque de Exposição.

À tarde e à noite atividades de estudo com os marchantes e exposição de fotos, apresentação de vídeos no centro da cidade.

11/08 - Manhã: caminhada de Vitória até Bonança. Atividades com ato na chegada a Bonança.

Tarde: caminhada de Bonança a Moreno. Ato ao passar no local do assassinato dos companheiros Josias e Samuel.

Noite (Moreno): Ato Público, exposições de fotos e vídeos no centro da cidade.

12/08 - Manhã: caminhada de Moreno pela BR 232 até a entrada do Recife.

12:00hs – encontro com os trabalhadores urbanos no Atacadão dos Presentes

15:30hs – encontro com os estudantes e trabalhadores em frente à Reitoria da UFPE

13/08 - Atos e atividades de luta, formação política e agitação e propaganda no Recife

14/08 - Jornada Unificada de Luta – concentração na CELPE às 09:00 e caminhada até o Palácio do Governo.

Anexo 2 – Pauta de Reivindicação

Além das reivindicações nacionais, a marcha de Pernambuco objetiva pautar algumas questões locais indispensáveis para a realização da Reforma Agrária no Estado:

- a) o assentamento das mais de 20.000 famílias Sem Terra acampadas;
- b) que todas as áreas de empresas e latifúndio que são devedores do estado; de conflito iminente; e próximas a centros urbanos, que não cumprem suas funções sociais sejam decretadas de interesse social e desapropriadas para fins de Reforma Agrária;
- c) investimentos para a produção e comercialização dos produtos dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária;
- d) investimento em infra-estrutura, educação e saúde para as áreas de Reforma Agrária.

Os acampamentos e assentamentos devem ser reconhecidos como espaços sociais territórios onde vivem pessoas com direitos sociais e políticos adquiridos, e portanto devem ter esses direitos garantidos.

Anexo 3 - Foto da Marcha

Organização das fileiras para a saída da marcha.

Foto: Synara Klyni



Organização das fileiras para a saída da marcha em Vitória de Santo Antão.

Foto: Synara Klyni

Anexo 4 – Foto Marcha



Marchantes em Bonança

Foto: Synara Klyni

Anexo 5 – Foto Marcha



Chegada em Recife – grupo Hip Hop saudando a marcha.

Foto: Synara Klyni